

Violências e relações étnico-raciais: o que a educação tem a ver com isso?

Elaine Teresinha de Souza Vieira*

Introduzindo o assunto: violências e relações étnico-raciais, o que a educação tem a ver com isso?

Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie ocultaram ao mundo a verdadeira história da África. As sociedades africanas eram vistas como sociedades que não podiam ter história. De fato, havia uma recusa a considerar o povo africano como criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram através dos séculos por caminhos próprios, e que os historiadores são incapazes de apreender a menos que abandonem certos preconceitos e renovem seus métodos de abordagem.¹

O cenário atual brasileiro tem noticiado, em diferentes meios de comunicação, a vulnerabilidade vivida por crianças e adolescentes vítimas de todo tipo de violências, e daí decorre a importância de olhar para o espaço escolar e compreender as múltiplas relações que se estabelecem entre a escola e esse contexto e de pensar de que forma agimos diante dessas violências que se apresentam.

Para que a promoção, o reconhecimento e a valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros tenham êxito, é preciso que o ambiente escolar ofereça condições favoráveis para o ensino, para as aprendizagens e para a reeducação das relações entre negros e brancos, também conhecidas como relações étnico-raciais. Ainda é preciso, um trabalho em equipe das relações entre processos

* Graduada em Educação Física pela Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS. Professora da Rede Municipal de São Leopoldo desde 1998. Email de contato: elaineteresinha@ig.com.br.

¹ KI-ZERBO, Joseph (Coord.). *História geral da África*. Vol. I: metodologia e pré-história da África. Trad. B.Turquetti et. al. São Paulo / Paris: Ática/ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) 1982. Capa

educativos escolares e políticas públicas, pois as mudanças éticas, culturais, pedagógicas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola.

Refletir, discutir e tecer algumas problematizações sobre as questões étnico-raciais no contexto das relações culturais, históricas, políticas e sociais brasileiras parecem, em um primeiro momento, não estar diretamente ligadas a questões relacionadas às violências e à gestão do cuidado. Entretanto, isso é um equívoco, o que se percebe ao constatar-se que as questões étnico-raciais na educação se apresentam como mais um conteúdo a (não) ser trabalhado e não como a violação dos direitos dos negros em terem sua história contada e retratada no ambiente escolar. Apresentam-se na forma de racismo, preconceito, discriminação e não são tratadas com a seriedade que a situação exige.

Os alunos que são negros, principalmente do ensino fundamental, muitas vezes não se reconhecem como tal e, por isso, tomam como ofensa o fato de serem chamados de negros. Não tendo argumentos para se posicionar diante disso, acabam se ofendendo, às vezes, até partindo para agressão, principalmente quando, junto a isso, são xingados por apelidos pejorativos. Por diversas vezes fui procurada para que, de certa forma, os defendesse, e ao questionar se já tinham falado aos seus professores, os alunos respondiam que sim, mas que eles nada haviam feito. O fato de mudar de assunto ou dizer que foi só uma brincadeira ou, ainda, de não dizer nada, piora a situação. A falta do que dizer numa hora destas traz, para a criança, conseqüências que nós educadores já conhecemos e, por vezes, não entendemos, como agressividade, apatia, baixa estima, repetência, evasão e outras tantas coisas que influenciam de forma negativa a vida das crianças e dos jovens.

Atualmente, falarmos sobre questões étnico-raciais não é mais tabu para muitos professores, mas o silenciamento por tantos outros ainda é percebido. Não estar a par do que significa a história da África e suas africanidades, fazem com que muitos não se sintam à vontade ou preparados para lidar com as questões étnico-raciais, quando solicitados pelos alunos, principalmente, quando se tratam de xingamentos. As crianças negras e, também, os jovens negros precisam ser valorizados nos seus aspectos intelectuais, históricos, estéticos e culturais. A complexidade da escola e das suas funções traz a necessidade de pensá-la não só como (re) produtora de saberes legitimados, mas, também, de violências que permeiam as relações e os sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, na convivência escolar, pensando nos desdobramentos destas relações na vida dos sujeitos envolvidos.

A temática da violência atravessa nosso cotidiano e, sutilmente, se insere nas relações de convivência que estabelecemos com o outro. Suas formas de manifestação vão além do que compreendemos no senso comum por violência, o que resulta,

portanto, na necessidade de pluralizarmos o termo. As violências cercam nossas redes de relações e se entrelaçam em nossos gestos e ações, sendo constitutivas de elementos de nossa própria cultura.

Falar em violências no plural é ampliar o nosso olhar em relação a esta temática, que, apesar de acompanhar a história da humanidade, precisa ser discutida e enfrentada em diferentes espaços. Frente à realidade, pensar na violência como um único ato de agressão física cometida entre duas pessoas não dá conta das diferentes formas como ela se manifesta. As violências são muito mais do que isso e se fazem presentes em todos os espaços de convivência humana.

O termo violência é complexo em sua essência, pois, na medida em que se pluraliza, revela diversificadas formas e contextos. De acordo com Sousa “compreendemos por violências tudo aquilo que anula o outro, que produz uma desorganização emocional no sujeito, a partir de situações de dominação às quais ele é submetido”.²

As pessoas não nascem odiando as outras pela cor da pele, descendência ou opção religiosa. Odiar requer aprendizagem, então, porque não aprender a amar? (MANDELLA)

A batalha pelo acesso à educação escolar formal como bandeira histórica da população negra é vista não só como denúncia ou iniciativa isolada, mas com intuito de saber como a educação, em seus diferentes níveis, lida com a forma como os negros eram e são vistos e, ainda hoje, aparecem retratados na História do Brasil. Essa batalha deve ser, também, dos educadores, que ainda não se deram conta do quanto são importantes na desconstrução da visão negativa que, por muito tempo, foi construída em cima da identidade dos negros.

Esta visão negativa transita desde a imagem presente nos livros didáticos, passando pelos termos pejorativos usados nos textos, chegando aos conteúdos ministrados nos cursos de formação de professores. De forma mais ampla, há uma necessidade de mudança radical na estrutura curricular em todos os níveis e modalidades do ensino que desconsideram ou, simplesmente, omitem a participação africana e afro-brasileira na construção do conhecimento em diferentes áreas das ciências.

² SOUSA, Ana Maria Borges de. O Sentido institucional de acolher por uma geração do cuidado com as crianças. In: _____; VIEIRA Alexandre; LIMA, Patrícia de Moraes. *Ética e gestão do cuidado a infância em contextos de violências*. Florianópolis: CED/UFSC/ Núcleo Vida e Cuidado, 2006. p.83.

Diante de tudo que relatei até aqui, torna-se imprescindível que nós, educadores, passemos a discutir mais abertamente e com mais clareza sobre as questões étnico-raciais, principalmente quando chegam carregadas de preconceitos até nós, tentando buscar respostas ou ações que valorizem aqueles que historicamente viveram sem elas. Buscando um caminho de respeito e reconhecimento, sempre colocando-nos no lugar do outro, estaremos, então, contribuindo para a construção de uma escola mais justa, preocupada com a vida, com as relações e voltada para o cuidado com o outro.

Considero que pesquisar o tema “Violências, relações étnico-raciais e educação” é de fundamental importância, pois, na minha prática profissional, percebo como os professores não dão a devida atenção a algumas práticas racistas, discriminadoras e preconceituosas. Encaram o problema como algo não importante, desviam o assunto ou, pior que isso, se calam, como se nada tivesse ocorrido. As crianças e jovens negros, nesse momento, precisam da ajuda do educador, pois, “o reconhecimento de quem somos, está diretamente ligado ao que os outros pensam de nós”.³ Dessa forma, as crianças e os jovens negros necessitam de valorização em todos os seus aspectos, para que ações afirmativas tornem o aluno negro um aluno que se orgulha do seu pertencimento étnico-racial.

A partir dos aspectos apresentados anteriormente surgiram os seguintes questionamentos que orientaram o estudo que aqui desenvolvi. Questões étnico-raciais: do que estamos falando? Como os professores trabalham as questões étnico-raciais em uma escola da rede pública municipal da região metropolitana de Porto Alegre? Como, através da Lei 10.639/03 e suas possibilidades de pensar a diversidade, podemos buscar maneiras de minimizar as violências, priorizando a gestão do cuidado em relação às questões étnico-raciais?

2. Como, através da Lei 10.639/03, podemos buscar maneiras de minimizar as violências e priorizar a gestão do cuidado em relação às questões étnico-raciais?

A seguir são apresentadas ações e reflexões possíveis a partir do conhecimento e da implementação da Lei 10.639/03. E é discutido o que se compreende por relações étnico-raciais, bem como, o papel dos professores e da escola diante desta questão, se abordando os benefícios que a valorização da história e cultura da África que pode trazer para o aluno afro-descendente. Também os professores podem

³ CAVALLEIRO, Eliane (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001. p. 104.

minimizar as violências, identificando e evitando através de intervenções pedagógicas práticas discriminatórias, preconceituosas e racistas na sala de aula.

2.1 Relações étnico-raciais: do que estamos falando?

O conceito de raça está baseado nas relações entre brancos e negros, muitas vezes entendidas como suaves, ou seja, aquelas que deveriam basear-se no respeito. O termo raça é bastante utilizado nas relações sociais brasileiras, para determinar, influenciar e interferir, através de características físicas, no destino ou no lugar social que o indivíduo ocupará na sociedade, neste caso, a brasileira.

Os Movimentos Negros deram uma nova significação para esse termo e, em determinados momentos, ele é utilizado num sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos. O emprego da palavra étnico na expressão étnico-racial serve para afirmar que essas relações, tensas devido a diferenças na cor da pele e traços fisionômicos, são, pela raiz cultural, plantadas na ancestralidade africana.

No Brasil, encontramos uma cultura e um padrão estético negro e africano e um padrão estético e cultural branco europeu. Mesmo sabendo que 45% da população brasileira é composta de negros⁴, esse dado não faz desse país um lugar menos desigual e racista, pelo contrário, temos um país que valoriza a branquice e suas raízes européias, pouco valorizando as outras culturas, como a indígena, a asiática e a africana.

Os Movimentos Negros brasileiros vêm percebendo e constatando o quanto tem sido prejudicial à experiência da população negra, ao ter de fingir ser o que não é para ser aceita, do quanto dolorosa é a experiência de se deixar assimilar por uma visão de mundo que se pretende impor como superior, obrigando-os a negarem a tradição de seu povo.

Para tornarmos melhor as relações étnico-raciais no Brasil é preciso enquanto educadores, entendermos que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade imposta a outros, a partir daí então, poderemos definir que sociedade queremos construir daqui para frente.

A escola deve através dos seus currículos mostrar aos alunos que descendentes de comerciantes de escravos de épocas passadas não têm hoje, de assumir culpa pelas desumanidades provocadas por seus antepassados. Têm, sim, a responsabilidade moral e política de perceber e combater o racismo, as discriminações e, juntamente com os

⁴ Segundo o Censo do IBGE 2010.

que vêm sendo mantidos à margem, os negros, construir relações raciais e sociais sadias, em que todos cresçam e se realizem enquanto seres humanos e cidadãos.

Educação étnico-racial, então, pressupõe aprendizagens entre negros e brancos, mas acredito que também possa ser uma troca de conhecimento, quebra de desconfianças, alianças entre povos para que se pense na construção de uma possível sociedade mais justa e igual.

2.2 Os professores e as questões étnico-raciais

No módulo três do Curso de Especialização a *Gestão do Cuidado*, certa de que, muitas de nossas dúvidas já haviam sido esclarecidas, após conversarmos, discutirmos, e debatermos sobre as questões étnico-raciais, ouvi uma colega argumentando que, hoje em dia, o que existe é um auto-racismo – referindo-se aos indivíduos negros – por determinadas atitudes, que nem ela mesma soube relatar. No dia em que ouvi isso, fui para casa muito intrigada, pensando sobre o que ela quis dizer com aquela afirmação. E, aos poucos, fui me dando conta de que as pessoas falam do que não têm conhecimento, falam de coisas que sequer sabem o significado. O significado de auto-racismo me pareceu querer dizer que o próprio negro é racista com ele mesmo. Alguém que pense assim jamais irá se posicionar de forma positiva diante de uma situação que exija uma postura não discriminatória. A colega parece não ter a menor noção de que o negro está sujeito aos efeitos do estigma, desde o cotidiano de preconceitos encontrados na escola por professores e colegas, os da mídia no dia a dia, chegando até o ingresso nos campos profissionais, carregados de engenhos de seleção negativa. Nas interações sociais, como, por exemplo, as de recrutamento, é a primeira impressão que conta, o que, para o indivíduo negro, é desfavorável, pois está sempre diante de um olhar de suspeita. É esse cotidiano de interações sob suspeita que determina, de maneira metódica, o destino social do indivíduo negro na sociedade brasileira.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, as afirmações de que os negros se discriminam entre si e que são racistas é um equívoco. Tal constatação deve ser analisada no quadro da ideologia do branqueamento, onde se têm a ideia e o sentimento de que as pessoas brancas seriam mais humanas, inteligentes e por isso comandariam e ditariam o que seria melhor para todos.⁵ No período pós-abolição, foram formuladas políticas que visavam ao branqueamento da população pela eliminação simbólica e material da presença dos negros. Portanto, algumas pessoas

⁵ CARONE, Irai. Raça e Racismo. Material Sistematizado dos Grupos de Trabalho – PROEXT/UFRGS. Banco de dados digitalizados. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 31.

negras foram influenciadas por essa ideologia e, assim, tenderam a reproduzir o preconceito do qual foram vitimados.

Ser negro no contexto escolar não é nada fácil. O aluno negro é visto como estranho, não bonito, é julgado a todo instante, enfim, não é o modelo considerado padrão, não é branco. O ser negro é ignorado num processo de reprodução sócio-cultural e, se na escola não conseguirmos identificar e ou reparar esta visão negativa construída em relação a esse ser, estaremos cometendo um ato de violência, e não de cuidado, com aquele que nos pede ajuda, tornando-se cada vez mais difícil pensarmos em propostas pedagógicas que priorize a gestão do cuidado.

Sabemos que combater o preconceito, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, não são tarefas exclusivas da escola. A comunidade também deve estar engajada neste processo de formação de um espaço democrático de construção, promoção de conhecimento e de posturas que visam uma sociedade justa e igualitária.

No Curso de Especialização a Gestão do Cuidado, foi sugerido que nós alunos, realizássemos um Projeto de Intervenção Educacional – PIE. A intenção era de que formássemos grupos de dez e a partir daí, pensássemos num projeto para atuação em uma escola, neste caso a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Marta.

A população do entorno escolar onde o PIE - Projeto de Intervenção Educacional foi pensado, é composto na sua maioria por moradores oriundos de áreas de risco, vindas de diversos locais da cidade e do estado. Percebemos que muitos pais, mesmo sendo negros, não se consideram como tal e, automaticamente, os filhos também não. Essa questão já havia sido constatada no ato de matrícula, quando os pais preenchem as fichas onde um dos itens pergunta a raça. A porcentagem de alunos negros, ou melhor, que os pais colocam em suas fichas que são negros, não ultrapassa 1% em nossa escola, e este detalhe parece favorecer o pouco interesse pelas questões étnico-raciais no currículo.

Alguns professores, em especial, os negros ou os de formação em História (que também são negros, aqui na nossa escola), trabalham com maior frequência essas questões. Já os demais ainda deixam para falar algo sempre que ocorre algum incidente ou em datas comemorativas, como o “13 de maio” e o “20 de novembro” e outros não falam nunca. Mais do que conhecimento para aplicação de conteúdo nas diferentes áreas, é preciso que os professores estejam sensíveis e dispostos a direcionar positivamente as relações entre alunos de diferente pertencimento étnico-racial, no sentido do respeito e da correção de posturas e atitudes preconceituosas.

De acordo com Freire: “Uma escola não vive no meio do nada, existe um conjunto de circunstâncias no qual pode estar presente o medo, fome, raiva, dor, mas também carnaval, futebol, capoeira, hip-hop, teatro, dança, música, felicidade e alegria”.⁶

No Projeto Político Pedagógico – PPP da escola onde trabalho, não consta a implementação da Lei 10.639/03. O PPP existente não tem mais validade legal, a partir deste ano de 2011 a coordenação pedagógica irá elaborar o novo e pretende que um capítulo seja só de apresentação da Lei 10.639/03 e suas possibilidades.

Percebo, por parte da coordenação pedagógica, que há interesse e disposição para as questões mencionadas, mas, falta uma atitude mais decisiva, o que não é fácil, para que realmente essas questões sejam trabalhadas nas diferentes áreas e em diferentes momentos e não somente em alguns momentos específicos, como já mencionados acima.

Sabemos que existe grande dificuldade em se trabalhar com as questões étnico-raciais, e talvez por isso, mesmo já estando no final do primeiro trimestre, discutimos em reunião pedagógica e de classes paralelas sobre como poderíamos trabalhar, o que trabalhar, por onde começar, quem trabalha estas questões, o que está trabalhando etc., mas não passou disso, não tornamos mais falar sobre a Lei.

Em São Leopoldo, ainda engatinha nas escolas municipais e estaduais, a implementação da Lei 10.639/2003 na sua totalidade. No caso das escolas municipais, a referência que temos é a escola que visitamos para a realização e observação do Projeto de Intervenção Educacional – PIE, proposto pelo curso na parte que foi referente à implementação da Lei. Essa escola é conhecida pelo seu trabalho, mas, para nossa surpresa, foi percebido que, o que lá ocorre, é apenas uma exposição através de gravuras e fotos pela escola e não realmente a construção do conhecimento pelas diferentes áreas. Já nas escolas estaduais, recentemente os coordenadores pedagógicos do Estado se reuniram com a promotora deste município e saíram dessa reunião com a tarefa da implementação imediata da Lei 10. 639/203, ou a certeza de uma ação judicial pelo não cumprimento/implementação desta.

Anterior à Lei 10.639/03, temos a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. A Lei 10.639/03 altera esta Lei, e inclui ao estudo da História e Cultura Afro-Brasileira, a luta dos negros no Brasil, o negro na sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social,

⁶ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 50.

econômica, e política, pertinentes a História do Brasil. O principal objetivo é promover alterações positivas na realidade que a população negra tem vivido, caminhando rumo a uma sociedade democrática, amenizando terríveis e devastadores efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo.

A Lei nº 10.639/03 não pretende que a partir dela haja uma substituição dos costumes europeus, que por muito tempo foram incutidos na cabeça das pessoas, pelos africanos, mas sim, implementar a diversidade nos currículos, na escola e em todos os campos das relações humanas. Segundo Oliveira⁷, em um de seus artigos, a aprovação dessa Lei decorre de uma série de demandas do Movimento Social Negro brasileiro e aponta para um novo momento das relações do Estado com os movimentos sociais organizados e a educação. Essa lei tem se constituído em uma das principais iniciativas das ações afirmativas adotadas no Brasil e que tem contribuído para o estudo da história da África, da luta das pessoas negras no Brasil e da sua presença na formação da nação brasileira.

A Lei nº 10.639/03 sinaliza para um modelo educacional que prioriza a diversidade cultural presente na sociedade brasileira e, portanto, na sala de aula, de modo que as idéias sobre reconhecimento e respeito à pluralidade cultural estejam em todas as relações que envolvam a educação e a comunidade escolar.

A Lei 10.639/03 é um dos caminhos da luta histórica da população negra para ser vista com o mesmo valor dos outros povos que para cá vieram e, talvez, o início de uma mudança social. Na política educacional, a implementação da Lei significa o rompimento de uma educação que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional. Mais do que ações afirmativas junto à população negra, essa lei deve ser encarada como desafio fundamental do conjunto das políticas que visam à melhoria da qualidade da educação brasileira para todos e todas.

2.3 O papel da escola nas questões étnico-raciais

Os valores humanos nos levam a reconhecer a riqueza da diversidade oferecida por uma realidade complexa e complementar. Nosso agir no mundo passa a respeitar as diferenças numa perspectiva que inclui conhecimento e amor, competência e sensibilidade. Daí a importância de estabelecermos um circuito transdisciplinar não só entre as diversas áreas de

⁷ OLIVEIRA, Ronaldo J.R. *Possibilidades de uma Poética Afro-Ritualística em Educação*. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2006. (Projeto de qualificação de tema de dissertação de Mestrado em Educação).

conhecimento, mas também entre as múltiplas dimensões humanas e suas próprias formas de produzir conhecimento.⁸

A aplicação da Lei nº 10.639/03 interfere diretamente no papel da escola, pois sinaliza para uma instituição democrática e transformadora dos valores que ainda alimentam relações de poder e de privilégios sociais. Essas discussões temáticas sobre a África e o não reconhecimento das suas africanidades, devem se fazer presentes na formação de educadores, já que ideias que negavam a existência da diferença, a partir de concepções como a da democracia racial, devem ser revistas no processo educacional.

Tratar de identidade racial, portanto, implica o respeito à diversidade cultural presente na sala de aula e no cotidiano das crianças, em geral, e particularmente das crianças negras, seja essa diversidade transmitida no meio familiar ou em comunidades religiosas de matrizes africanas. Os conteúdos escolares devem contemplar essa pluralidade, de forma a interferir positivamente na auto-estima de todos os grupos. É sabido que boa parte das culturas negras no Brasil, assim como no continente africano, foi transmitida pela tradição oral. Afora essa forma de comunicação, outras linguagens estão presentes na identidade negra, como a valorização da corporeidade, da arte e da escrita.

O professor por sua vez poderá trabalhar com questões voltadas a positivar o passado das pessoas negras africanas, dando exemplos do processo de resistência vivido pela comunidade negra brasileira, da formação dos quilombos, das medidas tomadas na atualidade para o reconhecimento das terras remanescentes de quilombos no Brasil, da resistência das pessoas escravizadas mediante a construção do sincretismo religioso, da formação das irmandades ligadas à Igreja Católica e que contribuíram para libertação de pessoas escravizadas. O educador pode recorrer a vários mecanismos didáticos para tratar de identidade, como usar vídeos, filmes e textos para identificar a reprodução ou não de estereótipos sobre a participação negra na sociedade brasileira.

Esses movimentos de desconstruir e de reconstruir só serão possíveis após um processo de reaprendizagem dos educadores sobre os valores culturais típicos da cultura negra. O tratamento da identidade negra é complexo, supera as questões de cor de pele e pode contribuir para outras reflexões, nos campos de gênero e de sexualidade, por enfatizar a importância do respeito à diversidade. Se não, de que forma o educador pode trabalhar, na sala de aula, questões como a naturalização de lugares e papéis reservados aos homens e as mulheres? De que forma o ato de educar

⁸ MIGLIORI, Regina. *Ser Sustentável – uma nova consciência em educação*. 19 ago. 2008. Disponível em: <http://www.migliori.com.br/artigos_folha.asp?id=6>. Acesso em: 26 out. 2010.

pode solucionar conflitos ou situações de violência homofóbica na sala de aula? O princípio do respeito à diversidade é o mesmo.

Quanto à aplicação da Lei nº 10.639/03, no que diz respeito ao ensino da história da África, constata-se que é preciso uma atenção especial às singularidades do continente africano, com sua extensão territorial que cobre cerca de 22% da superfície sólida do planeta Terra com grande variedade climática e topográfica, com a presença de mais de dois mil povos com diferentes línguas e modos de organização socioeconômica e uma complexa movimentação migratória.

Destaca-se, ainda, que a Lei nº 10.639/03 indica uma amplitude de possibilidades de ensino-aprendizagem, que exige dos professores, uma reeducação sobre relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidade, numa perspectiva democrática e cidadã. Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer a mentalidade racista e discriminadora, superando a visão européia de mundo, reestruturando relações étnico-raciais, sociais e os velhos processos pedagógicos.

Diante dessa perspectiva, a escola, tem o compromisso de contribuir na formação dos cidadãos, deve assegurar o direito à educação a todos os brasileiros e, ao mesmo tempo, ser aliada na luta contra qualquer forma de discriminação ou exclusão, dentre as quais a de raça. O sistema educacional precisa entender e caminhar junto no sentido da relevância dos temas que envolvam a inclusão no currículo escolar da história e da cultura afro-brasileiras e africanas para que todos os brasileiros, homens e mulheres interessados na construção de uma nova sociedade respeitem o seu perfil multicultural.

Considerações Finais

Ainda é preciso, segundo Motta⁹, mesmo falando de educação, recorrer à Lei Nº 10.639/03 para explicar iniciativas relacionadas à desconstrução das categorias raciais que organizam o imaginário e os espaços sociais brasileiros. Para o autor, ainda precisamos da regulação legal para poder perceber como estivemos à mercê da discriminação racial.

A falta de sensibilidade de nós educadores, não nos permite perceber como antiéticos e discriminatórios nos tornamos diante de certos posicionamentos e

⁹ MOTTA, Kássio. Da Lei à ética. 02 dez. 2010. *A cor da cultura*. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/artigo-02-12-2010>>. Acesso em 26 out. 2011

práticas, pois estão tão arraigados em nós, que não notamos quando falamos, fazemos, olhamos e reagimos diante da diversidade.¹⁰

Concordo com Motta, para o qual recorrer à Lei não é a solução, precisamos mais da ética, das práticas positivas, que superem o olhar egocentrista e ampliem o olhar para o entorno, para o mundo, para os outros. Devemos olhar para nós mesmos e para os outros não de forma desconfiada, mas, sim, dentro do contexto social. Um olhar que nos permita enxergar a riqueza da diversidade humana e experienciar a alteridade. Portanto, mesmo que não se sinta pertencendo ao “lugar” do discriminado, ao enxergar as desigualdades e injustiças, o ser humano, tem o dever de agir contra elas, em prol de uma sociedade brasileira mais justa e igualitária.

A Lei vem para oferecer à sociedade a oportunidade de se repensar, esvaziando a idéia comum e imobilizadora, de que “a questão é só de classe social”, e de que são seus próprios problemas psicológicos que criam complexos e recalques que ainda assolam muitas crianças, jovens, homens e mulheres negros.

A implementação da Lei nos permitirá não perdermos o foco da trajetória da população negra, pois às vezes parece que história e a cultura afro-brasileira não são História do Brasil.

A intenção deste trabalho foi proporcionar uma reflexão aos professores, educadores e trabalhadores ligados à educação, para que, diante da descoberta, do ensino e da aprendizagem, possam pensar nos desafios e nos desdobramentos colocados pelos movimentos negros e políticas públicas, através da Lei 10.639/03, como uma nova experiência social e histórica importante para o país, mas, sobretudo, para nossas crianças, independente de sua origem étnico-racial e social, na medida em que possa proporcionar a elas um reconhecimento digno, efetivo e verdadeiro do papel de um e de outro na sociedade e na nação, enquanto construtoras do país.

Para tanto, os professores devem estar dispostos a descobrir novos cenários e novas realidades culturais e históricas, práticas científicas e educacionais, imbuídos da ética da responsabilidade com as gerações futuras, rompendo com o modelo pedagógico vigente, fazendo com que a sociedade civil seja chamada para a construção de uma nova escola, que contemple, sem desconhecer os demais, os descendentes de africanos como legítimos construtores deste país e como verdadeiros cidadãos.

É essencial, para que uma nova ação pedagógica se forme, reconhecer e valorizar o outro. A escola não poderá deixar de participar deste processo de formação da democracia e da cidadania, encontrando na diversidade maneiras de formular

¹⁰ MOTTA, 2010.

diálogos, discursos e posturas que promovam a igualdade na educação, minimizando as violências e contemplando a diversidade.

Este artigo convida seus leitores a participarem da construção de uma sociedade de iguais e de diferentes, que priorizam o cuidado e o respeito com o outro, através da afirmação da auto-estima positiva de todos, da dignidade e da justiça social, promovendo a releitura do mundo africano, sua cultura, suas contribuições e seus reflexos sobre a vida dos brasileiros em geral.

Referências

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOTEGA, Gislei Pereira. Relações étnico-raciais e educação: problematizando em torno de suas dimensões culturais, histórias, políticas e sociais. In: LEITE, Amanda Maurício Pereira; ROSA, Rogério Machado (Org.). *Módulo 3: educação e violências*. Florianópolis: NUVIC-CED UFSC, 2011. PT. 2, cap. 4.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação*. Brasília: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Conselho escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico/elaboração*. Ignez Pinto Navarro et al. – Brasília: MEC, SEB, 2004.

CARONE, Irai. *Raça e Racismo*. Material Sistematizado dos Grupos de Trabalho – PROEXT/UFRGS. Banco de dados digitalizados. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. (Col. Leitura)

KI-ZERBO, Joseph (Coord.). *História geral da África*. Vol. I: metodologia e pré-história da África. Trad. B. Turquetti et. al. São Paulo / Paris: Ática/ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) 1982.

MIGLIORI, Regina. *Ser Sustentável – uma nova consciência em educação*. 19 ago. 2008. Disponível em: <http://www.migliori.com.br/artigos_folha.asp?id=6>. Acesso em: 26 out. 2010.

MOTTA, Kássio. Da Lei à ética. 02 dez. 2010. *A cor da cultura*. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/artigo-02-12-2010>>. Acesso em 26 out. 2011.

OLIVEIRA, Ronaldo J.R. *Possibilidades de uma Poética Afro-Ritualística em Educação*. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2006. (Projeto de qualificação de tema de dissertação de Mestrado em Educação).

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África Outro Horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964

SANTOS, José Antônio; CAMISOLÃO, Rita de Cássia; LOPES, Vera Neusa (Orgs.). *Tramando falas e olhares, compartilhando saberes: contribuições para uma educação anti-racista no cotidiano escolar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. *Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio*. Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2008 240p.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: CHOR MAIO, Marcos; VENTURA SANTOS, Ricardo. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SOUSA, Ana Maria Borges de. O Sentido institucional de acolher por uma geração do cuidado com as crianças. In: _____; VIEIRA Alexandre; LIMA, Patrícia de Moraes. *Ética e gestão do cuidado a infância em contextos de violências*. Florianópolis: CED/UFSC/ Núcleo Vida e Cuidado, 2006.

UNESCO. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Brasília: ED.96/WS/9, 2010.

VAINER, Carlos. Estado e raça no Brasil: notas exploratórias. *Estudos Afro-Asiáticos* n. 18. Rio de Janeiro, p. 103-118, maio 1990.

Violências e relações étnico-raciais: o que a educação tem a ver com isso?

Resumo:

Este artigo tem a intenção de promover reflexões sobre como a escola pode se tornar um ambiente de convivência e de exercício das relações étnico-raciais e sociais, onde as crianças e jovens negros constroem suas identidades através do reconhecimento e valorização de suas ancestralidades. Pretende, também, através da Lei 10.639/03, promover a discussão sobre a inclusão, nos currículos escolares, da história e da cultura da África, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira na formação da sociedade e suas contribuições. Aborda uma perspectiva de reconhecimento pelos professores da importância de proporcionar aos alunos que vejam suas histórias contadas e retratadas de forma positiva, diminuindo, assim, as violências geradas por décadas em torno do ser negro na sociedade.

Palavras-chave:

Relações étnico-raciais. Violências. Educação.

Violences and ethnic-racial relations: what has education to do with it?

Abstract:

This article is intended to promote a reflection on how the school can become an environment of coexistence and the exercise of ethno-racial and social relations, where children and young black men construct their identities through the recognition and appreciation of their ancestry. It also intends, through the Law 10.639/03, to promote the discussion about the inclusion in school curricula, of history and culture of Africa, the struggle of blacks in Brazil, the black culture in the formation of Brazilian society and their contributions. Discusses the perspective of recognition by teachers, the importance of enabling students to see their stories told and portrayed in a positive way, thus reducing the violence generated by decades surrounding by what is being black in society.

Keywords:

Ethnic-racial relations. Violences. Education.